Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 30 de abril de 2024.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.04.30 07:13:04 -03'00'

DUNAS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.095.265/0001-44

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, **Dunas Transmissão de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativo ao exercício de 2023 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. **1.1 Histórico:** A **Dunas Transmissão de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de agosto de 2018 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") da Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A. para Cymi Construções e Participações S.A., conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - "SPA" ou "Contrato") dentro de outros documentos. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **Práticas e Regulamentações:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.2 Estrutura Societária**

Cymi Construções e Participações
↓ **100%**
Dunas Transmissão de Energia S.A.

2. Ambiente Econômico: Em 2023, o mundo observou uma resiliência importante da economia americana e das economias de diversos países emergentes e em desenvolvimento. A atividade econômica global se comportou de forma interessante e afastou um eventual cenário de diminuição relevante na atividade, decorrente de uma política monetária mais contracionista. A inflação, por sua vez, caiu mais rápido do que o esperando em várias regiões e contribuiu para uma melhora da percepção de risco e das perspectivas de crescimento. No campo das incertezas, os conflitos geopolíticos seguem no radar e seus possíveis desdobramentos são pontos de atenção a serem observados. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o mundo experimentando um crescimento estável e desinflação, os riscos para o crescimento estão de certa forma equilibrados, sendo possível surpresas positivas na acomodação da política monetária e surpresas negativas derivadas de choques geopolíticos. No Brasil, em 2023, além dos reflexos do ambiente internacional, tivemos o início do ciclo de corte da SELIC, reflexo do arrefecimento da inflação, a aprovação da reforma tributária e um PIB robusto de 2,9%. A incerteza quanto ao cenário fiscal para os próximos períodos segue em pauta e sendo observada por diversos agentes econômicos. Em 2023, o Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BCB) projetava a variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre 4,3% e 6,2% para 2023 que, ao final do ano, fechou em 4,62%. Já a SELIC que iniciou o ano em 13,75%, terminou a 11,75% ao fim de 2023. No mês de dezembro, de 2023, as projeções de IPCA para 2024 foram de 3,92% para 3,90%, e as da SELIC para 2024 foram de 9,25% para 9,00%. Na parte cambial, o dólar à vista fechou em 2023 cotado a R$ 4,84, uma queda anual acumulada de 8,08%. No que diz respeito ao crescimento econômico brasileiro, é possível notar maior otimismo do mercado ao comparar a expectativa de crescimento do PIB ao final de 2022 com a última expectativa de 2023, ambos para os anos seguintes. Em 2022, o último Relatório Focus divulgou uma expectativa de 0,80% de crescimento para o PIB do próximo ano (2023), ao passo que, ao final de 2023, a perspectiva de crescimento para um ano a frente (2024) foi na ordem de 1,52%, assim, representando uma melhora de 72bps (*basis points*, i.e., pontos base) – ou de 90% – em relação à expectativa do PIB, um ano a frente, estimada em 2022. **3. Ambiente Regulatório:** O panorama regulatório brasileiro ainda não passou por reformas substanciais. No entanto, o avanço da reforma tributária, aprovada pelo Congresso no final de 2023 e com implementação gradual a partir de 2026, tem gerado discussões sobre a necessidade de ajustar os modelos financeiros e econômicos para o futuro. No contexto regulatório de 2023, notadamente no setor de transmissão de energia, a receita no Brasil se origina de leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, supervisionados pela Agência Reguladora (ANEEL). Este setor opera dentro de um marco regulatório completo e robusto, garantindo revisões e reajustes tarifários periódicos, conduzidos pela ANEEL. Esses ajustes ocorrem anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além das revisões tarifárias a cada cinco anos das receitas aprovadas respectivas a cada leilão realizado. Nesse cenário, as transmissoras de energia elétrica têm estabilidade na geração de caixa e margem positiva. O segmento de transmissão de energia é considerado de baixo risco, pois sua receita está vinculada à disponibilidade operacional dos ativos. Já no contexto da indústria de energia elétrica, esta está passando por mudanças significativas tanto no Brasil quanto globalmente. O avanço contínuo das soluções tecnológicas está impulsionando a crescente demanda por energia renovável aliada à transição energética, assim, promovendo uma matriz energética mais sustentável. A previsão da carga de energia elétrica, divulgada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indica um crescimento de 3,5% em 2024, alcançando cerca de 78.447 MW médios. Prevê-se que, em 2028, a carga atinja 89.023 MW médios. Essas projeções levam em conta a Micro e Mini Geração Distribuída (MMGD) e a integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em outubro de 2025. **4. Desempenho Operacional:** A Companhia encontra-se em fase final de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: · Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Pacatuba, em circuito simples, com extensão aproximada de 155,03 km; · Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Açu III, em circuito simples, com extensão aproximada de 113,95 km; · Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caraúbas II e Açu III, em circuito duplo, com extensão aproximada de 65,13 km; · Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Mossoró IV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 54,54 km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Russas II, em circuito simples, com extensão aproximada de 32 km; · Subestação Jaguaruana II 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 250 MVA; · Subestação Pacatuba 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 200 MVA, 230/69-13,8 kV, 2 x 200 MVA; · Subestação Caraúbas II 230/69-13,8 kV, 2 x 100 MVA; · Compensação de reativos, reatores, capacitores, conexões, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **5. Desempenho Econômico-Financeiro:** O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. **6. Governança corporativa:** A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2023 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. A alta Administração da Companhia é assessorada pelo Acionista Controlador e Diretoria que de acordo com o seu Estatuto Social é constituída por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **7. Responsabilidade ambiental e social:** A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. **8. Auditores Independentes:** A Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. **9. Agradecimentos:** Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**81.513**	121.194
Tributos e contribuições a compensar	6	**8.540**	6.312
Ativo de contrato	7	**30.720**	238.734
Partes relacionadas	9	**-**	5
Instrumentos financeiros derivativos	1.1	**768**	994
Outros ativos circulantes		**136**	-
		121.677	367.239
Não circulante			
Aplicação financeira vinculada	5.1	**10.482**	8.577
Ativo de contrato	7	**1.811.276**	1.265.171
Outros ativos não circulantes		**766**	1.172
		1.822.524	1.274.920
Total do ativo		**1.944.201**	1.642.159
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	**27.708**	50.877
Partes relacionadas	9	**90.711**	72.082
Empréstimos e debêntures	10	**49.379**	152.640
Obrigações fiscais		**4.335**	9.978
Dividendos a pagar	12.c	**13.950**	36.804
Outras contas a pagar		**315**	53
		186.398	322.434
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	10	**897.637**	667.676
PIS e COFINS diferidos	11.1	**170.385**	139.111
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	**143.320**	113.068
		1.211.342	919.855
Patrimônio líquido	12		
Capital social		**277.048**	212.048
Reservas de lucros		**269.413**	187.822
Total do patrimônio líquido		**546.461**	399.870
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.944.201**	1.642.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

			Reserva de Lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	12	27.048	3.475	50.962	-	81.485
Integralização de capital		185.000	-	-	-	185.000
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios 2021		-	-	15.224	-	15.224
Lucro líquido do exercício		-	-	-	154.965	154.965
Destinação de lucros a:						
Reserva legal			7.748	-	(7.748)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(36.804)	(36.804)
Reservas de lucros a realizar		-	-	110.413	(110.413)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12	212.048	11.223	176.599	-	399.870
Integralização de capital		**65.000**	**-**	**-**	**-**	**65.000**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios–2022		**-**	**-**	**36.804**	**-**	**36.804**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**58.737**	**58.737**
Destinação de lucros a:						
Reserva legal		**-**	**2.937**	**-**	**(2.937)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios		**-**	**-**	**-**	**(13.950)**	**(13.950)**
Reservas de lucros a realizar		**-**	**-**	**41.850**	**(41.850)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	**277.048**	**14.160**	**255.253**	**-**	**546.461**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	13	**306.818**	998.706
Custo	14	**(143.361)**	(771.594)
Lucro bruto		**163.457**	227.112
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	**(38.608)**	(1.916)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**124.849**	225.196
Resultado financeiro	15		
Receita financeira		**7.223**	17.788
Despesas financeiras		**(43.083)**	(5.427)
		(35.860)	12.361
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**88.989**	237.557
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	**(30.252)**	(77.239)
Imposto de renda e contribuição social correntes		**-**	(5.353)
Lucro líquido do exercício		**58.737**	154.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**58.737**	154.965
Total de resultados abrangentes	**58.737**	154.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes imposto de renda e contribuição social	**88.989**	237.557
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de remuneração do ativo de contrato	**(131.300)**	(70.040)
Receita de construção–Ativo contrato de contrato	**(206.791)**	(1.030.462)
Pis e cofins diferidos	**31.273**	101.797
Juros e variações cambiais apropriados sobre dívidas financeiras	**66.053**	16.519
Custo de transação a amortizar	**410**	131
Variação cambial	**(6.799)**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**226**	6.474
Provisão de fornecedor	**(18.838)**	6.988
Lucro ajustado	**(176.777)**	(731.036)
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos e contribuições a compensar	**(2.228)**	(1.437)
Despesas antecipadas	**-**	113
Outros ativos não circulantes	**275**	158
Partes relacionadas	**18.630**	259.164
Fornecedores	**(4.331)**	(438)
Obrigações fiscais	**(3.370)**	3.148
Outras contas a pagar	**263**	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(1.725)**	-
Juros sobre imposto de renda e contribuição social pagos	**(548)**	-
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(169.811)**	(470.328)
Atividades de investimentos		
Aplicações financeiras vinculadas	**(1.905)**	(8.577)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(1.905)**	(8.577)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	**65.000**	185.000
Captação de empréstimos e debêntures	**300.858**	811.014
Fianças obtidas	**(9.482)**	-
Pagamentos de empréstimos e debêntures	**(200.000)**	(400.000)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	**(29.574)**	(21.561)
Variação cambial realizada	**5.233**	13.907
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**132.035**	588.360
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(39.681)**	109.455
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**121.194**	11.739
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**81.513**	121.194
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(39.681)**	109.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Dunas Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 24 de julho de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703–Centro–20.030-021–Rio de Janeiro–RJ. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") da Sterlite Brasil Projetos de Transmissão de Energia S.A. para Cymi Construções e Participações S.A., conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (*Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants*–"SPA" ou "Contrato") dentro de outros documentos. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui a Licença de Operação LI Nº 1397-2021, referente ao empreendimento Linha de Transmissão–LT 500 kV Pacatuba–Jaguaruana 2–Açu 3; LT 230kV Jaguaruana 2–Mossoró 4; 230 kV Jaguaruana 2–Russas 2; 230 kV Caraúbas 2–Açu 3; Secc LT 500 kV Fortaleza 2–Pecém 2–SE Pacatuba; Subestação 500/230 kV Jaguaruana 2; Subestação 500/230/69 kV Pacatuba; e Subestação 230/69 kV Caraúbas 2. **1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 14/2018–ANEEL, datado de 19 de setembro de 2018, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande no Norte e Ceará: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Pacatuba, em circuito simples, com extensão aproximada de 155,03 km; (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Açu III, em circuito simples, com extensão aproximada de 113,95 km; (iii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caraúbas II e Açu III, em circuito duplo, com extensão aproximada de 65,13 km; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Mossoró IV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 54,54 km; (v) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Jaguaruana II e Russas II, em circuito simples, com extensão aproximada de 32 km; (vi) Subestação Jaguaruana II 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Subestação Pacatuba 500/230-13,8 kV, (6+1R) x 200 MVA, 230/69-13,8 kV, 2 x 200 MVA; (viii) Subestação Caraúbas II 230/69-13,8 kV, 2 x 100 MVA; (ix) Compensação de reativos, reatores, capacitores, conexões, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato de Concessão exigia originalmente a entrada em operação comercial em 21 de setembro de 2023. Considerando o traçado extenso de Dunas, o processo de licenciamento ambiental é de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). A companhia encontra-se em fase pré-operacional, no entanto, foi severamente impactada em seu cronograma de implantação, sobretudo com 3 (três) eventos que estavam fora do seu controle: (i) morosidade na análise do licenciamento ambiental, (ii) impasse técnico quanto à linha de transmissão a ser seccionada e (iii) alterações de parâmetros de análise do Projeto Básico pelo Operador Nacional do Sistema–ONS ("ONS") Dos fatos: (i) Os atrasos no âmbito do licenciamento foram observados logo no início do processo e se mantiveram durante seu andamento, além disto, também houve os efeitos da pandemia da COVID-19, enfrentados por DUNAS durante todo este processo; (ii) Além das questões já existentes no decorrer do processo de licenciamento ambiental que já impactaram e impactam diretamente o cronograma de implantação do empreendimento, a Companhia foi prejudicada por uma alteração nas premissas do Edital e no Contrato de Concessão com a existência de 2 (dois) principais aspectos: linha de transmissão a ser seccionada e ausência de cabo OPGW. Após muitas reuniões entre os agentes envolvidos, o tema somente foi esclarecido em dezembro de 2022, com a confirmação da ANEEL sobre a solução a ser construída, ou seja, 1 (um) ano para que a Companhia efetivamente pudesse prosseguir com o seu cronograma, com impactos indiretos inerentes às definições de especificações técnicas e processo de aprovações de projetos pelo Agente seccionado que perduram até hoje. (iii) Com relação ao Projeto Básico ("PB"), a Companhia informa que os projetos de Linha de Transmissão "LT" e de Sistema de Proteção, Oscilografia, Supervisão, Controle e Telecomunicação "POSCT" já foram aprovados em março e novembro de 2023, respectivamente. Os estudos de fluxo de potência nos barramentos foram de aprovados pelo ONS apenas em março de 2024. No que diz respeito a essas documentações, foram observadas progressivas alterações, por parte do ONS. Por se tratar de um estudo que analisa suportabilidade dos barramentos em um horizonte futuro, a Companhia pode dar sequência na execução de suas obras em paralelo à aprovação destes estudos, de modo que, hoje, as obras estão quase em sua totalidade finalizadas. A Companhia iniciou a entrada em operação em testes em março de 2024 e neste momento, o estudo pré-operacional está em fase de elaboração e emissão pelo ONS e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) visando a entrada em operação comercial de todo o empreendimento até junho de 2024. **1.2. Receita Anual Permitida–RAP:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida–RAP no montante de R$85.050, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **1.3. Encargos regulamentares:** Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)–Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)–Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)–O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME)–Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de março de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 17 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 7)–critério de apuração e remuneração do ativo contrato; • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (nota explicativa nº 3.3 e nº 17)–valor justo do instrumento financeiro; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 11)–reconhecimento e mensuração. • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 19)–reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03–Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* *Ativos financeiros ao VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é

Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 30 de abril de 2024.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.30 07:13:23 -03'00'

DUNAS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.095.265/0001-44

reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de *impairment* para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente–Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47–Receita de contrato com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (I) A atualização monetária do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7)–Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. **4. Normas emitidas e interpretações: 4.1. Normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023:** IFRS 17–Contratos de Seguros: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4–Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas Garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionárias: algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23–Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)–Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeira da Companhia. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32–Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais as transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos desativação. As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras. Alterações ao IAS 12: Reforma tributária Internacional–Regras do Modelo do Pilar Dois: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32–Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória–cujo uso deve ser divulgado–entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatórios anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras. **4.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes:** Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06–Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e altearada, se cabível, quando entrarem em vigor significativos. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)–Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores–Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)–Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)–Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor significativos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	**143**	6.952
Aplicação financeira (a)	**81.370**	114.242
Total–Circulante	**81.513**	121.194

(a) As aplicações estão representadas por fundo de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 80% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. **5.1. Aplicação financeira vinculada:** Refere-se a conta vinculada (reserva) ao financiamento do BNB. A Companhia faz a constituição da conta proporcionalmente ao valor a ser desembolsado pelo BNB, sempre com um dia de antecedência ao desembolso, conforme regra contratual com o banco.

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação financeira vinculada	**10.482**	8.577
Total–Não circulante	**10.482**	8.577

6. Tributos e contribuições a compensar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	**154**	154
IIRPJ	**8.350**	6.121
IISS	**36**	37
	8.540	6.312

7. Ativo de contrato

Saldo em 31/12/2022	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Saldo em 31/12/2023
1.503.905	**206.791**	**131.300**	**1.841.996**

Saldo em 31/12/2021	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Saldo em 31/12/2022
403.403	1.030.462 (i)	70.040 (i)	1.503.905

(i) Em 2022, a Companhia revisou as premissas e as taxas de desconto em seu modelo de ativo de contrato e identificou um ajuste total de R$16.794, onde R$16.627, refere-se a receita de construção e R$167 a receita de remuneração.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**30.720**	238.734
Não circulante	**1.811.276**	1.265.171
	1.841.996	1.503.905

Contrato de concessão de serviços: A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão: • Receita Anual Permitida–RAP–a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo–IPCA. • Faturamento da receita de operação, manutenção e construção–pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • Parcela variável–a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão–CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Ativo contrato de concessão indenizável: Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica–o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão–RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório. • Renovação ou rescisão–a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. • Aspectos ambientais–a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. • Descumprimento de penalidades–nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	**742**	5.073
Provisões (i)	**26.966**	45.804
Total–Circulante	**27.708**	50.877

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais. As principais provisões referem-se a Siemens no valor de R$7.048, Comtrafaro no valor de R$2.392 e Maoasgeo no valor de R$14.355. **9. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)–Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Ativo		Passivo	
Empresas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cymi Construções e Participações (i)	-	5 (*)	**87.081**	28.653
Cymi do Brasil Ltda. (ii)	-	-	**2.000**	43.429
Cymi Tech (iii)	-	-	**1.630**	-
Total passivo	-	5	**90.711**	72.082

(i) Refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, Procurement and Construccion*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações . Sendo o montante de R$86.961 referentes aos serviços de construção ainda não faturadas. (i) Refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão. Sendo o montante de R$2.000 referente a serviços de construção não faturados. (ii) Refere-se à Cymi Tech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia. Sendo o montante de R$1.630 referente a serviços de construção não faturados. (*) Valor refere-se à antecipação de eventos previstos no Cronograma dos Trabalhos que constam na medição de serviço, alterando no montante mensal estipulado no Cronograma de Desembolso Financeiro.

10. Empréstimos e debêntures

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Intesa SanPaolo (*)	USD	31/10/2024	CDI + 1,00%	**49.379**	-
Scotiabank (*)	USD	02/05/2023	CDI + 1,00%	**-**	152.640
BNB	BRL	15/03/2045	IPCA + 1,55%	**427.763**	382.856
BNDES	BRL	15/11/2045	IPCA + 5,46%	**485.301**	291.175
(-) Custos de transação a amortizar				**(15.427)**	(6.355)
Total de empréstimos e debêntures				**947.016**	820.316
Circulante				**49.379**	152.640
Não circulante				**897.637**	667.676
Total–Empréstimos e debêntures				**947.016**	820.316

(*) Esses empréstimos são denominados em dólares e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (*Swap*) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 17.1.

b) Movimentação 2023

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Adições	Variação cambial	Juros e atualização monetária	(-) Transação amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2023
Scotiabank	152.640	**-**	**(6.283)**	**2.363**	**-**	**(150.000)**	**(3.954)**	**5.234**	**-**
Citibank	-	**50.000**	**-**	**1.103**	**-**	**(50.000)**	**(1.103)**	**-**	**-**
Intesa SanPaolo	-	**48.858**	**(516)**	**1.037**	**-**	**-**	**-**	**-**	**49.379**
BNB–Subcrédito A	313.691	**36.878**	**-**	**19.823**	**-**	**-**	**(19.895)**	**-**	**350.497**
BNB–Subcrédito B	69.165	**8.122**	**-**	**4.601**	**-**	**-**	**(4.622)**	**-**	**77.266**
BNDES–Subcredito A	291.175	**85.000**	**-**	**35.266**	**-**	**-**	**-**	**-**	**411.441**
BNDES–Subcredito B	-	**72.000**	**-**	**1.860**	**-**	**-**	**-**	**-**	**73.860**
(-) Custo de captação	(6.355)	**(9.482)**	**-**	**-**	**410**	**-**	**-**	**-**	**(15.427)**
Total	820.316	**291.376**	**(6.799)**	**66.053**	**410**	**(200.000)**	**(29.574)**	**5.234**	**947.016**

c) Movimentação 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Variação cambial	Juros incorridos	(-) Transação amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	150.512	-	-	16.537	-	(150.000)	(17.049)	-	-
Citibank	97.534	-	(5.109)	550	-	(100.000)	(588)	7.613	-
Scotiabank	152.260	-	(8.481)	1.104	-	(150.000)	(1.177)	6.294	-
Scotiabank	-	150.000	912	1.728	-	-	-	-	152.640
BNB–Subcrédito A	-	313.460	-	2.673	-	-	(2.442)	-	313.691
BNB–Subcrédito B		69.040	-	430	-	-	(305)		69.165
BNDES	-	285.000	-	6.175	-	-	-		291.175
(-) Custo de captação	-	(6.486)	-	-	131	-	-	-	(6.355)
Total	400.306	811.014	(12.678)	29.197	131	(400.000)	(21.561)	13.907	820.316

Banco Scotiabank: Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou com o Banco Scotiabank um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 26.630, com *SWAP* até o limite de R$150.000, com data de vencimento em 31 de outubro de 2022. Na data do vencimento, a Companhia liquidou o ponte, celebrando no mesmo dia um novo contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 28.949, com SWAP até o limite de R$150.000, com data de vencimento em 2 de maio de 2023. No vencimento a Companhia liquidou em sua totalidade o principal e seus respectivos juros junto ao banco Scotiabank. Banco Citibank: Em 28 de abril de 2023, a Companhia celebrou com o Banco Citibank um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 9.925, com SWAP até o limite de R$50.000, com data de vencimento em 25 de outubro de 2023, efetuando sua liquidação na data do vencimento planejado. Banco Intesa SanPaolo: Em 07 de novembro de 2023, a Companhia celebrou com o Banco Intesa SanPaolo um contrato de financiamento nos termos da Lei n. 4131, valor de USD 9.985, com SWAP até o limite de R$48.858, com data de vencimento em 31 de outubro de 2024. Banco do Nordeste do Brasil (BNB): Com o objetivo de liquidar parte dos empréstimos pontes iniciais associadas com a implementação do projeto Dunas, em 18 de fevereiro de 2021 a Companhia celebrou junto ao BNB contrato de financiamento de longo prazo com disponibilidade de crédito no montante de R$450.000, dividido entre subcréditos A e B, com taxas mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não circulante. Durante o exercício de 2022, a Companhia recebeu três liberações de cada subcrédito, onde o subcrédito A totalizou 313.460 enquanto o subcrédito B, totalizou R$69.040. Em 28 de julho de 2023, a Companhia recebeu a liberação do subcrédito A e B no valor de R$45.000, sendo R$36.878 do A e R$8.122 do B. O empréstimo celebrado junto ao BNB contrato de financiamento de longo prazo tem vencimento em 15 de março de 2045. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas *"covenants"* financeiras de vencimento antecipado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida–ICSD) sendo válidas a partir de 31 de dezembro de 2025. O índice é calculado utilizando como métrica o ebitda da demonstração contábil regulatório onde ele precisa ser superior a 1,30%. Os principais "*covenants*" não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de *"covenants"* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): Com o objetivo de liquidar parte dos empréstimos pontes iniciais associadas com a implementação do projeto Dunas, em 25 de novembro de 2021 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com disponibilidade de crédito no montante de R$470.000 (quatrocentos e setenta milhões de reais), com taxas mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 15 de julho de 2022, a Companhia recebeu a liberação do subcrédito A no valor de R$185.000 e em 21 de novembro de 2022, a Companhia recebeu a liberação do subcrédito A2, no valor de R$100.000. Em 26 de abril de 2023, a Companhia recebeu a liberação do subcrédito A3 no valor de R$85.000 e a liberação do subcrédito B, no valor de R$30.000. Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.30 07:13:44 -03'00'

DUNAS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.095.265/0001-44

a liberação do subcredito B2 no valor de R$42.000. O empréstimo celebrado junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo tem vencimento em 15 de novembro de 2045. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas *"covenants"* financeiras de vencimento antecipado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida–ICSD) sendo válidas a partir de 31 de dezembro de 2025. O índice é calculado utilizando como métrica o ebitda da demonstração contábil regulatório onde ele precisa ser superior a 1,30%. Os principais *"covenants"* não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia (a ser constituída até 31/03/2024), fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de *"covenants"* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	152.640
2024	**61.182**	36.864
2025	**22.994**	43.789
2026	**26.409**	46.677
2027	**29.769**	49.671
Após 2027	**822.089**	497.030
(-) Custo de transação a amortizar	**(15.427)**	(6.355)
Total das obrigações	**947.016**	820.316

11. Tributos diferidos: 11.1. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2022
PIS diferido	**30.393**	**5.579**	24.814
COFINS diferido	**139.992**	**25.695**	114.297
Total	**170.385**	**31.274**	139.111

11.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2022
Ativo/passivo			
Prejuízo fiscal/Base negativa	**(31.538)**	**(31.538)**	-
Hedge	**257**	**257**	-
Ajuste CPC 47	**174.601**	**61.533**	113.068
Total não circulante	**143.320**	**30.252**	113.068
Detalhamento do não circulante		31/12/2023	31/12/2022
Ativo		**(31.538)**	-
Passivo		**174.858**	113.068
Total ativo/passivo diferidos		**143.320**	113.068

12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$277.048 (R$212.048 em 2022) dividido em 277.048 ações ordinárias no valor nominal de R$1,00. Em 20 de abril de 2023, conforme Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R$40.000 em moeda corrente. Adicionalmente, em 24 de outubro de 2023, conforme Assembléia Geral Extraordinária ("AGE"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R$25.000 em moeda corrente. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a 100% referentes à Cymi Construções e Participações S.A. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
Quotistas	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	**277.048**	100%	**277.048**	212.048	100%	212.048
Total	**277.048**	**100%**	**277.048**	212.048	100%	212.048

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o valor constituído relativo a reserva legal foi de R$2.937, totalizando R$14.160. c) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2022 conforme Estatuto vigente à época os dividendos mínimos consistiam em 25% do lucro líquido ajustado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de dividendos mínimos apurado foi de R$13.950 (R$36.804 em 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**58.737**	154.965
(-) Reserva legal	**(2.937)**	(7.748)
Lucro ajustado	**55.800**	147.217
Dividendos mínimos obrigatórios	**13.950**	36.804

No dia 28 de abril de 2023 os acionistas renunciaram através de Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2022, no montante de R$36.804, por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia, que foram destinados a reserva de lucro. d) Reserva de lucros a realizar: A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. Em 2023, o valor destinado a reserva foi de R$41.850. **13. Receita operacional líquida:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção–Ativo de contrato	**206.791**	1.030.462
Remuneração do Ativo de contrato	**131.300**	70.040
Receita operacional bruta	**338.091**	1.100.502
(-) PIS e COFINS	**(31.273)**	(101.796)
Receita operacional líquida	**306.818**	998.706
	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita de construção	**206.791**	1.030.462
Custo de construção	**(143.361)**	(771.594)
Total margem de construção	**63.430**	258.868
Margem percebida (%)	**31%**	25%

14. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção	**(143.361)**	(771.594)
Total custo	**(143.361)**	(771.594)
	31/12/2023	**31/12/2022**
Pessoal	**(600)**	(587)
Material	**(16)**	(14)
Serviços de terceiros	**(296)**	(1.267)
Aluguéis	**(86)**	(45)
Outras despesas e receitas	**(9)**	(3)
Despesas operacionais	**(37.601)**	-
Total despesas gerais e administrativas	**(38.608)**	(1.916)

15. Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	**7.223**	17.788
Receita de hedge	**768**	-
Rendimento de aplicação financeira	**6.455**	6.001
Variação cambial líquida	**-**	11.787
Despesas financeiras	**(43.083)**	(5.427)
Juros de empréstimos e debêntures	**(41.357)**	(5.427)
Outras despesas	**(1.726)**	-
Resultado financeiro líquido	**(35.860)**	12.361

16. Imposto de renda e contribuição social; A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	**88.989**	237.557
Ajustes–Ativo de contrato	**-**	15.241
Base de cálculo	**88.989**	252.798
Alíquota vigente	**34%**	34%
Despesa de IR e CS calculada	**(30.256)**	(85.952)
Outros	**4**	-
	(30.252)	(85.952)
Total dos tributos correntes	**-**	(5.353)
Total dos tributos diferidos	**(30.252)**	(77.239)
Despesa total com tributos	**(30.252)**	(85.952)
Alíquota efetiva	**34%**	34%

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco–o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) *Riscos de crédito:* É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**81.513**	121.194
Aplicação financeira vinculada (Nota 5.1)	**10.482**	8.577
Ativo de contrato (Nota 7)	**1.841.996**	1.503.905
	1.933.991	1.633.676

Caixa e equivalentes de caixa–representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. *Ativo contrato*–a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia–CCG; e (ii) Carta de Fiança Bancária–CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ii) *Risco de mercado:* A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros–refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	**81.370**	114.242
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	**10.482**	8.577
Instrumentos financeiros derivativos	**768**	994
Passivos financeiros		
Financiamento (IPCA)	**913.064**	674.031
Financiamento (CDI)	**49.379**	152.640

iii) *Riscos de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	**27.708**	**27.708**	**-**	**-**
Empréstimos e debêntures	**947.016**	**61.182**	**49.403**	**836.431**
Partes relacionadas	**90.711**	**90.711**	**-**	**-**
Total	**1.065.435**	**179.601**	**49.403**	**836.431**

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros	**Categoria**
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado
Partes Relacionadas	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. *Classificações contábeis e valores justos:* No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa–contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias–a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Fornecedores–a Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e debêntures–a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1–preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2–*inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3–premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31/12/2023			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	**-**	**81.370**	**-**	**81.370**
Aplicações financeiras vinculadas	**-**	**10.482**	**-**	**10.482**
Instrumentos financeiros	**-**	**768**	**-**	**768**
Total	**-**	**92.620**	**-**	**92.620**
	31/12/2022			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	114.242	-	114.242
Aplicações financeiras vinculadas	-	8.577	-	8.577
Instrumentos financeiros	-	994	-	994
Total	-	123.813	-	123.813
	31/12/2023			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e debêntures	**-**	**947.016**	**-**	**947.016**
Total	**-**	**947.016**	**-**	**947.016**
	31/12/2022			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e debêntures	-	820.316	-	820.316
Total	-	820.316	-	820.316

17.1. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme citado anteriormente, a Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

			Valor de referência (*notional*)–R$		Valor justo ativo (R$)	
Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	2023	2022	2023	2022
SWAP Scotiabank	29/10/2021	31/10/2022	**-**	150.000	**-**	994
SWAP Scotiabank	31/10/2022	02/05/2023	**-**	150.000	**-**	994
SWAP Intesa SanPaolo	07/11/2023	31/10/2024	**48.858**	-	**768**	-
			48.858	300.000	**768**	1.988

18. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2023 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R$ mil)	Prêmio (R$ mil)
Responsabilidade Civil	12/07/2021 a 30/11/2023	**1.075.345**	**54**
Responsabilidade Civil	30/11/2023 a 30/03/2024	**1.075.345**	**28**
Risco de Engenharia	12/07/2021 a 30/11/2023	**1.075.345**	**280**
Risco de Engenharia	30/11/2023 a 30/03/2026	**1.075.345**	**148**
Fiel Cumprimento (*)	13/09/2018 a 17/06/2024	**60.856**	**1.579**

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Dunas Transmissão de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 02/2018 da ANEEL que prevê que com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL será apresentado a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente à 5% do investimento previsto pela ANEEL. **19. Contingências:** A Companhia é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram contingências passivas com prognóstico possíveis de perda que totalizam o valor de R$144. **20. Eventos subsequentes:** Constituição Conta Reserva–no dia 14 de março de 2024, a Companhia realizou a constituição de sua conta reserva do BNDES no valor de R$9.000, de acordo com prazo estipulado no Contrato de Cessão Fiduciária.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira
Contadora: Cássia de Paula Santos – CRC RJ 114984-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Dunas Transmissora de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Dunas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operaç para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O